

# Programa de Governo 2017-2020

Coligação Juntos Por Piracicaba

Edvaldo Brito – Prefeito

Professor Isaac Roston - Vice

“O que destrói o ser humano

Política sem princípios.

Prazer sem compromisso.

Riqueza sem trabalho.

Sabedoria sem caráter.

Negócios sem moral.

Ciência sem humanidade.

Oração sem caridade”.

***Mahatma Gandhi***

## **APRESENTAÇÃO**

Este é o programa de governo 2017/2020, fruto de nossa compreensão da realidade da cidade de Piracicaba e de sua comunidade, bem como de nossa vontade e determinação política de mudá-la para melhor, dentro das diretrizes para um governo democrático e popular. Por isso estará aberto ao diálogo com todos os setores e atores sociais durante toda a campanha, sujeito à apresentação de críticas e de sugestões.

Afirmamos que essa também será, tenham certeza, uma das principais marcas de nosso futuro governo, que não queremos meramente representativo, mas sim participativo.

Acrescenta-se a isso o princípio da transparência, que caracteriza governos responsáveis e preocupados em tornar muito claras suas decisões e ações, devolvendo à comunidade a confiança depositada nas urnas, moralizando a tarefa de governar.

Não temos dúvidas que a Coligação Juntos Por Piracicaba na prefeitura vai significar uma nova era para a nossa cidade. E que os projetos sociais e de desenvolvimento sustentável do governo federal serão efetivamente implementados em Piracicaba, levando mais benefícios a uma parcela da população que é ignorada pelo atual governo municipal.

O aprofundamento da prática democrática passa pela vontade política dos governantes, mas conta com a compreensão e cumplicidade de militantes e simpatizantes, bem como com a de todos os demais cidadãos que entendem a importância de fortalecê-la.

## **Educação**

Formação da cidadania da população desde o ensino infantil, dada a preocupação com a política de construção e qualificação das unidades de educacionais ao promover o ensino moral e ético para o futuro da sociedade.

A juventude que compõem um dos principais eleitorado do sistema político. É preciso saber dialogar com o jovens e eles estão nas ruas, na luta contra o golpe em defesa de uma nova sociedade. É fundamental o estímulo à participação para o fortalecimento do nosso projeto democrático-popular.

Implementar o período integral nas creches, garantindo prioritariamente mais vagas para as crianças de zero três anos estendendo-se para crianças de até cinco anos.

Estender atendimento de pelo menos uma unidade de ensino infantil em cada região da cidade até às 22h para contemplar a realidade da demanda.

Implementar o período integral progressivamente na demais séries do ensino fundamental, contando com atividades culturais e esportivas que possam dar educação aos jovens em contra turno escolar.

Criar o Plano de Carreira para os profissionais da Educação.

Assegurar a presença da Guarda Civil Municipal nas escolas, com missão educativa e protetora.

Aplicar das iniciativas do Governo Federal relativas a repasses de recursos para a construção de novas unidades de educação infantil.

Fortalecer parcerias com universidades, a fim de recriar novas abordagens educacionais (Unimep, Unicamp, Esalq...)

Garantir a efetivação das diretrizes nacionais da educação no que se refere à autonomia às escolas situadas na zona rural, para que construam projetos pedagógicos que permitam a valorização da cultura local.

Criar condições necessárias para a inclusão do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira” (Lei 10.639) e de Música (Lei 11.679) no que se refere à obrigatoriedade do ensino de música nas escolas.

Potencializar atividades educação complementar, incentivando a prática de esporte, estudo da música, atividades culturais com apoio das secretarias de cultura e esporte.

Aprimorar o sistema central de vagas disponibilizando acesso à lista de espera para que toda a população conheça a real demanda de vagas nas escolas de educação infantil e ensino fundamental.

Garantir a formação continuada dos educadores, retomando experiências exitosas dos governos petistas, em parceria com universidades.

Melhorar a qualidade da merenda escolar, no sentido de atender as necessidades nutricionais das crianças matriculadas nas escolas municipais, de acordo com os princípios propostos Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Ampliar parceria da Secretaria de Educação com os centros digitais para atender a demanda e combater o “analfabetismo digital”.

Elaborar projeto para acompanhar e atender os alunos com deficiência, incluindo a contratação de profissionais capacitados para esse atendimento, seguindo o que orienta o Plano Nacional de Educação.

Ampliar os programas de ensino profissionalizante

Realizar a Conferência Municipal de Educação em fins de semana para ampliar a participação social e dos profissionais de educação.

Realizar um diagnóstico sobre acessibilidade e mobilidade nas unidades de ensino municipais para a construção de um Plano de Acessibilidade.

Viabilizar recursos federais do Programa “Brasil Carinhoso” que visam a manutenção de novas turmas de educação infantil e atendimento a crianças de zero a quatro anos de idades das famílias beneficiadas pelo programa “Bolsa Família”, já matriculadas. Esse aporte contribui para a expansão da educação infantil, especialmente das crianças oriundas de famílias de baixa renda.

Enfrentar o problema das drogas através da prevenção via capacitação de professores, policiais militares, guardas civis e educadores para atuação nas escolas. Trata-se do Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Aplicar a lei 11.679 no que se refere à obrigatoriedade do ensino de música nas escolas.

Adequar um espaço na Secretaria Municipal de Educação com estrutura para o levantamento e sistematização de informações e dados relacionados ao sistema municipal de educação.

Dedicar especial atenção à educação de jovens e adultos (Serviço de Educação de Jovens e Adultos - SEJA) dentro de uma visão que englobe desde a concepção até a estrutura física das escolas, integrando com o ensino profissionalizante.

## **Saúde**

Direito e não mercadoria - SUS precisa ser público, gratuito, de qualidade e com controle da população, com incentivo à política de prevenção. Manter e ampliar articulação com os municípios da DIR 10.

Garantir a melhoria e a humanização do atendimento na rede de saúde pública, assegurando uma postura de atenção e cuidado que responda efetivamente à expectativa da população.

Reorientar, de forma geral e radical, a política de saúde, com ênfase na dimensão preventiva e correção do pronto-atendimento; na ampliação do Programa de Saúde da Família; na alocação de profissionais em tempo integral nos postos de saúde.

Criar a cultura de focar a saúde das pessoas por meio da prevenção e não somente preocupar-se com a doença, preparando os profissionais para o múltiplo atendimento na ponta e não para ajudar a transformar as UPA's em portas de entrada do sistema, lógica essa de quem quer explorar a doença.

Ampliar e aperfeiçoar os programas de saúde do Ministério da Saúde a grupos específicos: mulher, gestante, criança, adolescente, adulto, idoso, pessoas com deficiência, DST/AIDS e dependentes químicos.

Capacitar os servidores para o atendimento humanizado, bem como propiciar a capacitação de profissionais nas áreas de gerontologia, odontologia e médica.

Fortalecer e ampliar a capacidade de atendimento dos programas contra todas as formas de violência contra a criança, adolescente, mulher e idoso.

Garantir efetividade no gerenciamento do Hospital Regional por parte do estado – cuja discussão da implantação iniciou-se governo petista no sentido de evitar sobrecarga de demanda; otimizar os recursos e ampliar a captação; manter controle rigoroso no tocante às questões pré e pós operatório (atendimento adequado ao paciente após alta, procedimento hoje inexistente e garantir qualidade permanentemente.

Criar condições para a implantação do Projeto Cidadã Piracicabana, garantidor de pré-natal durante a gravidez, com acompanhamento pente-fino, bem como acompanhamento permanente da criança, desde o nascimento, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e o “Programa Gestante”, do Governo Federal.

Diagnosticar, com urgência, o grave problema da falta de vagas para internação e apontar medidas para solucioná-lo no curto prazo.

Utilizar o cartão do SUS como documento de entrada do cidadão no sistema de saúde municipal. Implantar o prontuário eletrônico do paciente em servidor central municipal para acesso, via internet, de todas as ações dos profissionais da área relativas ao atendimento dos cidadãos. Trata-se de aperfeiçoamento que evitará, em cada consulta e em qualquer unidade, o desconhecimento do histórico de atendimento, fator que agiliza a compreensão do quadro clínico e a avaliação.

Instituir o Plano de Carreira dos profissionais de saúde

Promover novos concursos para a contratação de médicos, considerando a valorização justa para o estímulo à dedicação exclusiva.

Investir em atendimento multidisciplinar nos “postinhos” e em campanhas contínuas de educação para a prevenção de doenças.

Fazer valer os estatutos do idoso e da criança e do adolescente garantindo o atendimento prioritário.

Integrar e automatizar as atividades administrativas e gerenciais, promovendo a racionalização e otimização de recursos, visando mais conforto ao usuário, como a marcação de procedimentos para qualquer unidade, retorno dos resultados de exames, agregando informações sobre atendimentos anteriores e facilitando o acesso a procedimentos especializados contando para isso com um sistema informatizado e integrado.

O sistema automatizado também agilizará o fluxo das informações na rede de serviços, melhorando as condições de trabalho.

No mesmo pacote tecnológico implantar a assinatura digital, com segurança e confiabilidade na impressão de documentos, como por exemplo, resultado de exames, garantindo segurança e agilidade aos serviços.

Prover a organização do histórico clínico e auxílio no acompanhamento das condições de saúde dos usuários do SUS, viabilizando condições para maior eficácia do ponto de vista médico.

Implementar normas para o funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, conforme portaria 148 de 31 de janeiro de 2012 do Ministério da Saúde.

Imprimir maior dinamismo à participação dos cidadãos na definição dos rumos e planejamento da área: Conselho, Comissões Locais, Conferência Municipal.

Retomar o Hospital Municipal Dia.

Envidar esforços para a elaboração de um Consórcio Intermunicipal de Saúde de direito público entre os federados para equalizar a relação do atendimento de municípios circunvizinhos.

Promover parcerias com a sociedade civil, meios de comunicação e universidades para a realização de campanhas de prevenção de doenças como diabetes, hipertensão e obesidade, entre outras.

Diminuir a mortalidade infantil, que hoje, tem variado ano a ano em torno de 11 a 14%.

Criar Programa Cidadão Piracicabano, que consiste em um programa onde o cidadão piracicabano, nascido aqui, recebe um cartão eletrônico que irá conter seu prontuário eletrônico e junto do Programa de Serviço Social, com orientações, desde o pré-natal, neonatologia, infância, adolescência, fase adulta, saúde da mulher e idoso. Seu uso, otimizaria o atendimento da população e facilita o gestor a fazer melhores opções de atendimento.

Readequação da rede básica com melhor aproveitamento dos serviços básicos de saúde, ajudando a inversão do modelo de urgência, para atenção com interface com a Secretaria de Educação.

Ampliar o programa Mais Médicos

Criar o Programa Remédio em Casa para a entrega de medicamentos a pessoas com mobilidade reduzida com doenças crônicas como diabetes, hipertensão e asma.

## **Segurança**

Aumentar o efetivo da Guarda Civil até alcançar o patamar necessário para dar conta dos novos desafios que se acumularam ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, modernizá-la profissionalmente, equipá-la e prepará-la para a atuação preventiva da violência, especialmente nas áreas escolares, praças e vias públicas em geral.

Envidar esforços para criar a Secretaria Municipal de Segurança Pública para potencializar e coordenar essa integração e criar um Plano de Segurança eficaz para o município, estimulando-se a concretização de uma nova prática de prevenção, que amenize o engessamento do município pelo uso quase exclusivo do modelo estadual. Poderá ser estruturada com duas subsecretarias: I) Guarda Civil; II) Direitos Humanos.

Recuperar a efetividade da Lei Municipal 5.121, de 16/04/2002, que instituiu o Sistema Municipal de Ações Integradas de Segurança (Conselho, Conferência anual), instrumento que fortalece a participação de todas as forças na busca de soluções para os problemas que afetam a comunidade,

Adequar espaço próprio para ações integradas das forças policiais mais a cooperação do Conselho Tutelar, Defesa Civil, SAMU e Corpo de Bombeiros, Nele serão criadas salas de situação para: I) controle por monitoramento; II) análise de estatísticas geradas por BO's para avaliação diária dos locais onde ocorrem furtos, roubos, etc.: III) avaliação de crises (por exemplo ataques do PCC, confrontos em bairros); IV inteligência e tecnologia, instrumentos necessários à efetiva reflexão sobre a política local de segurança pública e os possíveis avanços na solução dos problemas.

Criar Força Tarefa – Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil e Secretarias de Finanças, Obras e Saúde – para, usando o fator surpresa, desenvolver ações

conjuntas objetivando apenar e, inclusive, interditar locais previamente investigados e detectados como focos de utilização para consumo e tráfico de drogas. Possibilidade de um Delegacia Móvel, para produção de BO's no local dos fatos. Experiências exitosas indicam que cabe à Prefeitura dar suporte estrutural para ações dessa natureza.

Criar e manter atualizado, sistematicamente, o Mapa da Criminalidade como pré-condição para estabelecer as ações gerais ou localizadas de prevenção.

Mapear os pontos sem ou com iluminação pública insuficiente para a elaboração de um plano para atender essa demanda.

Realizar mapeamento para a criação de rondas da Guarda Civil 24 horas por dia por aglutinação bairros, conforme Plano Diretor do Município.

Viabilizar intercâmbio com o governo federal, face ao que dispõe a Lei 12.594, de 19/01/12, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socio-Educativo (SINASE), que regulamenta a execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescentes infratores. Isso possibilitará a criação, da Casa Municipal de Atendimento, Tratamento e Internação de Dependentes Toxicológicos, com setores independentes destinados a homens, mulheres, crianças e adolescentes, em parceria entre as Secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social. Uma vez viabilizada, essa proposta contribuirá para a reinserção dos cidadãos no convívio social e, ao mesmo tempo, para prevenir os crimes praticados pelo doente Toxicômano.

Investir na formação do efetivo da Guarda Civil, em parceria com programa do Governo Federal.

Fazer gestões junto ao governo estadual com vistas ao aumento dos efetivos da Polícia Militar e Polícia Civil.

Garantir o pagamento do Adicional de Periculosidade de 30% aos Guardas Civis, garantindo assim o cumprimento da Lei Federal 12.740/2012.

Monitorar as principais vias e patrimônios públicos por meio de câmeras de vídeo.

Revisar o Estatuto da Guarda Civil Municipal e adequá-lo à legislação federal, de formar a estimular seus componentes e ampliar a segurança no município.

## **Habitação**

Ampliar o acesso à aquisição da casa própria por meio de parcerias da EMDHAP com programas dos governos estadual e federal.

Melhorar a qualidade do ambiente urbano e implementar uma política habitacional compatível com as políticas de gestão e de saneamento ambiental, em especial em áreas de preservação ambiental, seguindo os preceitos do Estatuto da Cidade.



Fortalecer a EMDHAP – Empresa Municipal de Habitação – como instrumento do Programa “Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, propiciando o barateamento da aquisição da casa própria.

Com base no Estatuto da Cidade e na Medida Provisória 2220/00 continuar os trabalhos de regularização fundiária e de qualificação urbanística, que estabelecem o direito de moradia digna, com recursos que possam promover sua urbanização e também a geração de receita para o município, permitindo a intervenção nas áreas e melhorando as condições de habitabilidade.

### **Esporte e Lazer**

Estabelecer uma gestão Democrática e Participativa reestabelecendo um diálogo com a representação dos vários segmentos sociais, através do Conselho de Esporte Lazer e Atividades Motoras, inclusive reestruturando o organograma da SELAM.

Implementar as ações da política de Esporte e Lazer tendo como princípio o Estatuto da Cidade - Lei 10.257/2001 - que instrumentaliza o município para garantir o pleno desenvolvimento das Funções Sociais da Cidade;

Fortalecer as práticas esportivas na rede de escolas municipais, começando pela iniciação esportiva, passando pela disseminação de diferentes modalidades, potencializando a descoberta de talentos, fortalecendo o desporto de base.

Criar as Olimpíadas e Paralimpíadas Estudantis de Piracicaba, com estudantes da rede pública de ensino, envolvendo parcerias com faculdades, universidades, institutos de ensino, clubes e outras entidades da sociedade civil.

Desenvolver um programa de escola pública da rede municipal aberta nos fins de semana, realizando atividades como torneios esportivos, capoeira, judô, dança, oficinas culturais, videotecas e palestras de interesse da comunidade.

Manter e ampliar convênios com clubes e associações esportivas, visando a formação permanente de nossos atletas de todas as idades.

Programar a formação continuada de técnicos, professores, e agentes sociais de esporte e lazer;

Estruturar com mais eficiência as praças de esporte e lazer, articuladas com uma política matricial no caso com a saúde, segurança, e desenvolvimento social.

Fomentar e apoiar as atividades dos esportes radicais e de aventura.

Garantir a construção o Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) que conta com recursos do Governo Federal, inclusive contemplando um ginásio poliesportivo.

Disponibilizar aulas gratuitas em diversas modalidades esportivas e de lazer (judô, tai chi chuan, yoga, hidroginástica, pilates, etc.), priorizando a utilização dos espaços públicos a exemplo dos centros comunitários.

Instalar mais academias ao ar livre em praças, parques, jardins e em áreas do Beira Rio.

Concentrar esforços no sentido de ampliar a participação de idosos nas atividades para a disputa de jogos regionais.

### **Desenvolvimento Social e Inclusão**

Aceitar corajosamente o desafio da Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente para três áreas prioritárias de atuação: 1) garantia do direito de estar na família (natural ou adotada) e não nas ruas ou abandonadas em instituições; 2) enfrentamento à exploração sexual; 3) adolescente que em conflito com a lei, utilizando o Dique 100 – Brasil Protege

Garantir o direito humano de alimentação adequada e saudável por meio dos programas Brasil Sem Miséria, Segurança Alimentar e Agricultura Familiar.

Na medida das necessidades, ampliar a transferência de renda do governo federal através do Programa Bolsa Família e melhorar a gestão do mesmo, acompanhando de perto a frequência das crianças nas escolas e a empregabilidade dos pais.

Capacitar profissionalmente os beneficiários desse programa para garantir independência em relação ao mesmo.

Estabelecer parcerias com órgãos públicos estaduais e federais e sociedade civil organizada a fim de fortalecer as políticas públicas específicas para os idosos, crianças, adolescentes e jovens.

Dentro do programa “Crack, é Possível Vencer”, do governo federal e, através de parceria com o governo estadual, buscar apoio para novos projetos de vida para os dependentes e auxílio aos familiares envolvidos.

Enfrentar o problema das drogas através da prevenção, via capacitação de professores, policiais militares e educadores para atuação nas escolas, incluindo Comitê Gestor Local. Trata-se do Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Criar a Lei Orgânica Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) para efetivação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar (SISAN) previsto pela Lei Federal 11.346/2006.

Fortalecer a adesão ao Pronatec e Brasil Sem Miséria, que garante cursos gratuitos de qualificação profissional para pessoas inscritas, ou em processo de inclusão no Cadastro Único, com prioridade para beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada.

IDOSO: Promover ações integradas - saúde/convivência/lazer – para respaldar o envelhecimento saudável, com qualidade de vida, honrando o Estatuto do Idoso. Reimplantar a Coordenadoria do Idoso e dinamizar a atuação do Conselho Municipal.

Garantir a realização da Realizar a Conferência Municipal para ampla parceria no planejamento dessas ações integradas.

Elaborar, com a participação popular, e encaminhar à Câmara Projeto de Lei para instituir o Programa de Renda Básica de Cidadania em Piracicaba.

Reformar, ampliar e construir Centros Comunitários.

Fortalecer os atuais conselhos municipais e criar novos de acordo com as demandas.

Contribuir para a retomada da participação popular na definição de prioridades orçamentárias – Orçamento Participativo.

Criar o Sistema Municipal de Políticas Públicas para a Juventude através de um processo democrático de discussão, incluindo a criação da Coordenadoria Municipal.

Reestrutura o Conselho Municipal da Juventude.

Dedicar especial atenção ao combate à exclusão das adolescentes grávidas e garantir transporte escolar às mesmas, pois a falta dele é um dos fatores de evasão escolar.

Oferecer formação profissional certificada com variedade de opções de escolha que realmente contemplem as expectativas dos jovens.

Criar também possibilidades reais de acesso a cursos técnico (Pronatec) e de nível superior (Prouni e Fies).

Desenvolver um trabalho conjunto entre as equipes da Semdes, Cultura e Esporte e Lazer para orientar sobre as consequências danosas da utilização e comércio de álcool e outras drogas, principalmente em espaços de convívio da juventude.

Desenvolver o mapeamento com urgência, a inclusão/exclusão social.

## **Cultura**

Incentivar as ações das associações culturais, por meio de parcerias com o poder público, permitindo a ampliação do acesso e produção cultural.

Valorizar a diversidade, pluralidade e identidade cultural, com enfrentamento à intolerância.

Fortalecer o Projeto Guri e construir parcerias com instituições que cultivam e divulgam a música clássica para viabilização de projetos voltados às crianças e jovens.

Estimular efetivamente as manifestações artísticas e culturais designadas como folclóricas: cururu, cana verde, batuque, congada, etc.

Durante as férias escolares de meio e de fim ano criar programas a partir das culturas regionais.

Organizar festivais, encontros, exposições para música, teatro, dança, artes plásticas, literatura, etc.

Transformar a Rádio Educativa em equipamento de divulgação e fomentadora das manifestações artísticas e culturais do município.

Construir e utilizar espaços já existentes para o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais nos bairros através de cursos e apresentações, a fim de produzir uma nova perspectiva nas crianças e adolescentes destes bairros.

Criar de um canal de TV Municipal para o desenvolvimento da arte, cultura e educação no município.

Criar meios para que a população possa participar de forma efetiva da gestão da Arte e da Cultura no município, através da dinamização do Conselho de Cultura.

Popularizar os espaços municipais de manifestações artísticas e culturais, fazendo com que a população se sinta à vontade, utilizando-os tanto para assistir como para produzir e apresentar suas produções artísticas e culturais.

Mapear e preparar pontos de manifestações artísticas e culturais por todos os bairros da cidade para que, através de um rodízio, os artistas possam se apresentar, fazendo da atividade artística e cultural uma atividade cotidiana.

Fazer da Arte e da Cultura o complemento que universaliza a Educação.

Mapear as manifestações culturais na cidade, como pré-condição para o planejamento consequente dessa área.

Elaborar o Plano Municipal de Cultura, com participação popular, especialmente promovendo a dinamização do Conselho.

Fortalecer a identidade cultural local: cururu, cana verde, batuque, congada...

Democratizar o acesso, utilizando espaços culturais públicos já existentes e adequando novos, se necessário e principalmente na periferia, para promover, de forma

permanente, o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais. Definir os critérios para isso (incluem-se discussões, aulas públicas, etc).

Respeitar e valorizar a diversidade, pluralidade e identidade cultural, com enfrentamento à intolerância.

Incentivar as ações das associações culturais, por meio de parcerias com o poder público, permitindo a ampliação do acesso à cultura.

Valorizar os profissionais ligados à área.

Investir em formação: de artistas e de público.

Viabilizar a contratação de profissional para escola em tempo integral, por exemplo, projetos em comunidades.

Implantar programa de acesso gratuito à internet banda larga para todos.

Compromisso de implantação e/ou manutenção e fortalecimento de bibliotecas públicas municipais.

Instituir e implementar os Pontos Municipais de Cultura.

Compromisso de implantação e/ou manutenção e fortalecimento de políticas públicas de preservação de patrimônios naturais e ambientais.

Compromisso de implantação e/ou manutenção e fortalecimento de políticas públicas de preservação de patrimônios imateriais.

Captar investimentos do Governo Federal: Fundação Nacional de Cultura/Política Nacional de Museus e Fundação Nacional de Artes (áreas de circo, dançam teatro, artes visuais, música, artes integradas. Prêmios, concessão de bolsas, cursos de capacitação).

## **Turismo**

Criar Postos de informações Turísticas (PIT) itinerantes de acordo com atividades/eventos que atraiam turistas, além de manter um PIT na estação Rodoviária e no Casarão do Turismo, na Rua do Porto.

Reativar o Convention & Visitors Bureaux (CVBx), uma estrutura independentes, não governamental, sem fins lucrativos, com a missão de promover o desenvolvimento econômico e social do destino que representa, através do incentivo e fomento da indústria do turismo.

Retomar o Projeto Turismo Vai à Escola, organizando palestras e visitas sobre os pontos turísticos da cidade, em parceria com universidades e faculdades.

Dar mais visibilidade ao projeto Caminho do Sol, como consolidação do turismo religioso e Rural para gerar renda para muitas famílias que oferecem artesanato e alimentação e estadia ao longo do caminho para os peregrinos, já que o caminho sai de Santana do Parnaíba até Aguas de São Pedro, passando por Piracicaba em grande parte de nossa Zona Rural.

Implantar o Projeto Carnaeduca, ligando as escolas de samba da cidade a projetos sociais, durante o ano todo. Após os resultados do projetos discutir eventuais subvenções e que cada uma delas ofereça com a ajuda do poder público, cursos de gastronomia, alimentação saudável, escola de música, etc, etc.

### **Diversidade e Direito à diferença: Gênero, Raça, Deficiência**

Criar a Secretaria de Direitos Humanos para implementar políticas públicas transversais que respeitem às diferenças e combatam qualquer tipo de discriminação incluindo questões relacionadas à mulher, à pessoa com deficiência, à afrodescendência, gênero e geracional.

Estruturar atendimento integral às mulheres vítimas de violência, com envolvimento das Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Guarda Civil.

Dar publicidade à lei Maria da Penha através de informativo em parceria com a Secretaria da Saúde e outros órgãos públicos pertinentes.

Viabilizar atendimento mais adequado para o Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência (Cram) e para o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), desde o acolhimento até o real fortalecimento da vítima para que realmente seja quebrado o ciclo da violência, contando para isso com maior número de profissionais. (Ana)

Interagir com a Delegacia da Mulher no sentido de estudar a possibilidade de retirar o agressor do convívio familiar imediato, conforme Lei Maria da Penha.

Apoiar iniciativas, públicas ou privadas, de atuação no Centro de Ressocialização Feminino com o objetivo de garantir qualificação profissional para criar oportunidades de trabalho, emprego e renda e facilitar adequada reinserção no convívio social.

Estruturar serviço de atendimento especializado à saúde da mulher na Secretaria Municipal de Saúde. (Ana)

Respeitar e aplicar o artigo 17 do Estatuto da Igualdade Racial, que versa sobre o dever do poder público em relação ao reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada como patrimônio histórico e cultural, como rezam os artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Firmar parcerias com entidades ligadas à negritude, juntamente com o Conepir, para a criação de um grupo de trabalho que resulte na implementação de políticas públicas para a população afrodescendente (Clube 13 de Maio, Afropira, Congada do Divino, PruNegro, entre outras)

Construir parceria com a ONGs e outras entidades da sociedade civil com vistas ao planejamento e implementação de ações voltadas ao segmento GLBT, com garantia de ampla participação.

Fiscalizar a aplicação da Lei no. 13.504/09, do então Deputado Roberto Felício, que instituiu o dia 10 de dezembro com Dia de Combate à Intolerância Religiosa, cujo objetivo é promover a conscientização da população contra todas as práticas de discriminação e intolerância a qualquer religião, seja pelo poder público, instituições ou indivíduos.

Contribuir para a desmistificação de uma cultura preconceituosa e racista, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, entre outras, educando para a igualdade étnico-racial, promovendo o reconhecimento das diferenças entre pessoas e culturas e o respeito mútuo.

Apoiar iniciativas em defesa da cultura, memória e tradições afro-brasileiras.

Fazer um mapeamento da mobilidade em todos os próprios públicos municipais para elaboração do plano de adaptação desses locais

Todas as obras de novos prédios públicos devem ter projeto já considerando as necessidades de acesso e mobilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Implementar os serviços de intérprete de Libras, audiodescrição e legenda nos vídeos produzidos pela prefeitura de Piracicaba e utilizar esses recursos em eventos dentro das possibilidades estruturais de cada local.

Promover cursos de capacitação de intérpretes de Libras – a segunda língua oficial do país - a servidores públicos e trabalhadores de prestadores de serviços como motoristas de ônibus urbano.

Manter parcerias com Ongs e iniciativa privada para o treinamento de Libras a trabalhadores (as) dos setor privado.

Fortalecer o Comdef

## **Desenvolvimento Urbano, Econômico e Infraestrutura**

Desencadear processo disciplinado de reorientação dos rumos do desenvolvimento aplicando-se os instrumentos regulatórios disponíveis, sem comprometer a expansão econômica.

Regulamentar e implantar instrumentos regulatórios previstos no Plano Diretor (Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa, IPTU Progressivo) para controlar de forma eficaz a ampliação do perímetro urbano, como preconiza o Estatuto da Cidade.

Executar os Planos de Reabilitação Urbana e ações de infraestrutura e equipamentos sociais nas Áreas de Intervenção Prioritária Norte e Sul, previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

Revisar o Plano Diretor de Mobilidade, com participação efetiva da sociedade.

No Plano Econômico, diversificar o adensamento das cadeias produtivas locais e fortalecer o Polo Tecnológico, na perspectiva de fomentar a geração de trabalho, emprego e renda.

Investir no desenvolvimento da biotecnologia como atividade econômica, com a implantação de uma Incubadora de Base Tecnológica.

Reativar o Simtec e as ações de empreendedorismo econômico local.

Investir na requalificação dos espaços urbanos para desenvolvimento do setor terciário e afirmação da cidade como polo regional de atratividade nos setores comercial e de serviços.

Estimular a diversificação agrícola: agricultura urbana, agricultura familiar, segurança alimentar, programa para as micro bacias, cinturão verde, etc.

Estimular o surgimento de novos arranjos produtivos locais.

Revisar o Plano Diretor de Turismo

### **Mobilidade e Segurança no Trânsito**

Cobrar do Governo do Estado de São Paulo a construção do Anel Viário Sul.

Adequar o sistema viário de acordo com o que estabelece o Plano Diretor de Desenvolvimento.

Melhorar a qualidade do transporte público, com a renovação periódica da frota, garantia de acessibilidade e número máximo de passageiros a serem transportados com segurança e fortalecer a fiscalização.

Incentivar o uso de bicicletas, construindo vias adequadas, principalmente em regiões próximas às escolas e integrando-as aos terminais urbanos, garantindo também estacionamento adequado.



Criar corredores exclusivos de ônibus, táxis com passageiros e ambulâncias.

Realizar concorrência pública para a implantação de um sistema de linhas entre os bairros e alimentador dos terminais, priorizando o uso de micro-ônibus.

Investir permanentemente em campanhas de educação no trânsito, contemplando, inclusive e fortemente, o respeito aos direitos específicos de idosos e pessoas com deficiências.

Ampliar os horários de ônibus, principalmente no período noturno e horários de pico.

### **Cidade Sustentável: Meio Ambiente, Saneamento (Semaes)**

Criar Grupo de Trabalho com a representatividade da Câmara Municipal, Entidades, Ongs, Consultoria Técnica, garantindo a participação popular, para acompanhar detalhadamente o andamento da Parceria Público Privada com a empresa Águas do Mirante, especialmente no aspecto econômico-financeiro, visando a redução das tarifas para o consumidor final e reequilíbrio financeiro do Semaes.

Envolver permanentemente a comunidade nas discussões de prioridades na área de saneamento.

Implantar Programa de Redução do desperdício de água. Segundo dados do próprio Semaes, as chamadas perdas físicas chegam a 50% da água captada e tratada. O enfrentamento desse problema pode resultar na redução das tarifas.

Rever a política municipal de Resíduos Sólidos, com base nas diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010 e Resolução CONAMA 307/02 e 430/2011) e implantar as alterações necessárias.

6- Aperfeiçoar a coleta de lixo e expandir a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, inserida no contexto coleta pública, ampliando o número de cooperativas autogestionárias de reciclagem.

Desenvolver campanhas educativas para que a população segregue os resíduos sólidos para facilitar a coleta seletiva.

Rever os termos da Parceria Público Privada do Lixo para a redução dos custos da coleta e tratamento, pagos pela população.

Ampliar e aperfeiçoar os projetos/programas de educação Ambiental, em todos os seus amplos e genéricos aspectos, abrangendo inicialmente a rede municipal de ensino e, posteriormente, as outras redes por meio de parcerias;

Aumentar a cobertura vegetal urbana de acordo com a recomendação da ONU;

Garantir a manutenção, de forma permanente, dos parques e áreas verdes, parques e jardins existentes na cidade.

Implantar áreas verdes e parques nos bairros, combinados com espaços de atividades físicas (pista de caminhada/corrída, etc).

Recuperar a mata ciliar dos cursos d'água no âmbito do município, em parceria com proprietários de terras, empresas, ONGs, etc.;

Rever o modelo de transporte público de Piracicaba, com vistas à redução de poluição do ar: ciclovias, transporte solidário, manutenção e renovação da frota de ônibus, fiscalização da frota de caminhões que circulam na cidade, etc.

Remodelar o Semaec, com transformação em uma empresa de "saneamento e meio ambiente", com maior capacidade de ação e melhoria na prestação de serviços.

Envidar esforços no sentido de atingir 100% de esgoto coletado e tratado.

Dar continuidade ao Projeto Beira Rio e implantar modelo de gerenciamento para consolidar as fases já implantadas e que carecem de rigorosa gestão.

Apoio às Regionais do Semaec, para mais rápidos atendimentos à população.

Reativar a criação de Grupo de Trabalho para tratar especificamente da Bacia do Rio Corumbataí, que abastece o município.

Revisão do Plano Municipal de Saneamento.

Criar a Agenda Ambiental na Administração Pública Municipal para implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo. Ela tem como princípios a inserção dos critérios ambientais, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo Governo até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, tendo como principal objetivo a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Direcionar adequadamente os resíduos inertes, (construção civil, móveis eletrodomésticos e pneus), ampliando o número de ecopontos.

Fiscalizar ostensivamente os terrenos abandonados e as áreas de descarte impróprio.

Elaborar e implementar projetos de construção sustentável.

Otimizar programas gratuitos e contínuos de castração de animais domésticos.

Produzir e distribuir mudas de árvores para plantio em área urbana.

Ampliar e aperfeiçoar os projetos/programas de educação ambiental, a partir da rede de educação infantil e ensino fundamental

Exigir que todos os projetos de construção de prédios públicos incluam quesitos de sustentabilidade como captação e armazenamento da água de chuva para reaproveitamento no sistema sanitário e de limpeza, instalação de sistema de geração de energia solar, conforto térmico que iniba o uso de aparelhos de ar-condicionado, entre outras.

Articular as instâncias regional, estadual e federal em defesa do compromisso histórico de recuperação da Bacia do Rio Piracicaba, incluindo as ações de recuperação da bacia do Corumbataí.

### **Participação e Transparência**

Fortalecer os atuais Conselhos e Conferências e criar novos de acordo com as demandas.

Garantir as ferramentas necessárias para preparar os conselheiros para o exercício de suas atividades de forma efetiva qualificada.

Retomar, fortalecer e aperfeiçoar o Orçamento Participativo, com ampla divulgação e estímulo à participação da comunidade em todas as reuniões. Instrumento fundamental, que contribui para o diagnóstico das demandas sociais e seleção das prioridades dos investimentos públicos.

Criar Conselhos Regionais do Orçamento Participativo.

Ampliar os canais de participação cidadã para uma gestão compartilhada, fortalecendo as diversas parcerias com a sociedade civil organizada (Ongs, entidades de terceiro setor, associações técnicas, acadêmicas e profissionais).

Realizar o planejamento de médio e longo prazos, em conjunto com diversos setores da sociedade, tendo como perspectiva a cidade que queremos.

Implantar processo anual público de balanço de gestão para se avaliar o cumprimento de programa de governo e prestar contas à sociedade.

Intensificar as parcerias com as outras esferas de governo para implantação de políticas públicas.

Promover a articulação regional, em especial nas áreas de maior intersecção de potencialização de interesses comuns, como por exemplo, agenda de desenvolvimento urbano, turismo, logística de transportes, saúde, cultura, etc.

### **Excelência Administrativa e Financeira**

Instituir Plano de Carreira para os servidores públicos, incluindo os específicos para o magistério e profissionais de saúde.

Estabelecer parcerias com diversos órgãos das administrações de outras esferas de governo, a fim de reduzir a burocracia e facilitar a criação de novas empresas.

Gerenciar a qualidade e efetividade de atendimento dos diversos serviços públicos municipais prestados e colocados à disposição do cidadão.

Gerenciar de forma ética e transparente a aplicação e fiscalização dos recursos públicos, com acompanhamento pente-fino dos procedimentos de licitações e execução de obras e serviços.

Fortalecer a mesa de negociação permanente com todas as categorias de servidores municipais.

Disponibilizar cursos de formação aos servidores inclusive por meio da adoção da educação à distância (internet).

Trabalhar a área de recursos humanos de forma a respeitar e estimular todas as potencialidades dos funcionários, resignificando a condição de ser servidor.

Otimizar a aplicação da lei que possibilita que a receita de arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) permaneça integralmente no município.

Garantir excelência na gestão orçamentária.

Garantir recursos para as prioridades elencadas pela comunidade no processo de Orçamento Participativo (OP).

Ampliar a fiscalização para prevenir, educar e combater o comércio ilegal e informal.

Instituir o Programa Nacional de Educação Fiscal nas escolas e órgãos da administração pública municipal, em parceria com a ESAF (Escola Superior de Administração Fazendária).